

REDE

REFORMA URBANA E DIREITO À CIDADE

QUESTÕES,
DESAFIOS E
CAMINHOS

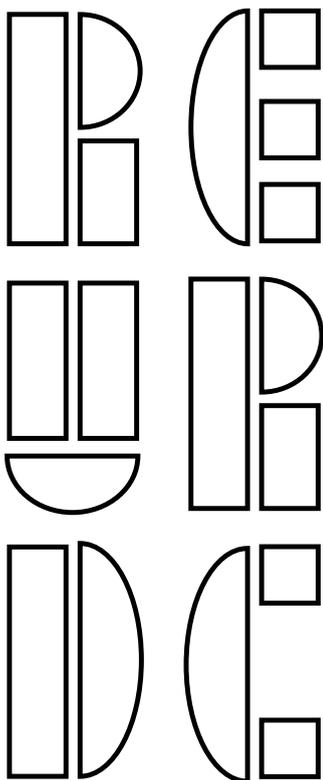
Luiz Cesar de
Queiroz Ribeiro
(Org.)



OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

LETRACAPITAL





REFORMA URBANA E DIREITO À CIDADE

QUESTÕES,
DESAFIOS E
CAMINHOS

Luiz Cesar de
Queiroz Ribeiro
(Org.)



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

LETRAPITAL



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



inct

institutos nacionais
de ciência e tecnologia



CAPÍTULO 5

**A questão da desigualdade de
renda do trabalho nas metrópoles
brasileiras na última década**

MARCELO GOMES RIBEIRO
ANDRÉ RICARDO SALATA

1. Introdução

Numa sociedade urbano-metropolitana como é a sociedade brasileira, em que 86% da população mora nos espaços urbanos e cerca de 40% nas principais regiões metropolitanas, a obtenção de renda é fundamental para a garantia da reprodução social, tendo em vista que as relações econômicas nesses espaços se configuram primordialmente como relações monetizadas. É por meio da renda que os indivíduos e as famílias conseguem adquirir os bens e serviços necessários para a realização de seus variados tipos de consumo. Assim, o modo como se apresenta a distribuição de renda tem implicações para o modo como os diferentes grupos sociais conseguem garantir a sua reprodução social. Nesse sentido, a análise do grau de desigualdade e da trajetória de distribuição de renda entre os diferentes estratos sociais é relevante para a avaliação e tomada de consciência da situação em que se apresenta esse fenômeno em cada contexto histórico particular, especialmente para as famílias que vivem nas metrópoles, tendo em vista sua expressividade populacional no país – mas também pelo fato de as metrópoles exercerem forte influência na dinâmica econômica que ocorre em outras escalas espaciais da rede nacional de cidades (IBGE, 2020). Essa análise serve também como subsídio necessário para a formulação de políticas públicas que busquem enfrentar os desafios apresentados pelo fenômeno das desigualdades.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a desigualdade de renda existente no conjunto das metrópoles brasileiras com base em seu comportamento ao longo da última década – entre 2012 e 2022 –, de modo a verificar sua dimensão, as mudanças ocorridas em cada contexto socioeconômico nesse período e as diferenças de rendimento

entre os estratos de renda, a fim de tecer considerações que contribuam para o seu enfrentamento a curto, médio e longo prazos.

A análise da desigualdade de renda feita neste artigo consiste no rendimento oriundo do trabalho. Apesar de a composição da renda familiar ser, em geral, constituída por várias fontes de rendimento, como aposentadorias, pensões, aluguéis, juros, dividendos etc., o rendimento do trabalho ocupa participação significativa no conjunto dos rendimentos das famílias, tendo o rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos, em 2012, alcançando a proporção de 75,7%, e, em 2020, de 72,8% (IBGE, 2022). Portanto, realizar a análise da desigualdade de renda com base no rendimento do trabalho corresponde a mais de dois terços do conjunto dos rendimentos declarados pelas famílias.¹ Por esse motivo, consideramos que a sua análise seja muito representativa para a situação de renda das famílias do conjunto das regiões metropolitanas do Brasil. Os dados utilizados são resultado do somatório dos rendimentos do trabalho dos membros de cada família dividido pelo número de integrantes, mesmo os que não trabalham ou não têm idade para trabalhar. É uma análise, portanto, do rendimento domiciliar *per capita* do trabalho habitualmente recebido disponibilizado no *Boletim Desigualdade nas Metrôpoles* (SALATA; RIBEIRO, 2022).

¹ Essa opção pela utilização dos rendimentos do trabalho decorre também da disponibilidade dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) em sua edição trimestral, em que só são tornados públicos os dados referentes ao rendimento do trabalho. As outras modalidades de rendimentos são apresentadas somente na edição anual da mesma pesquisa.

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

2. As desigualdades de renda do trabalho nos últimos dez anos

A análise das desigualdades de renda² dos últimos dez anos no conjunto das regiões metropolitanas do país, com base nos dados do Gráfico 1, demonstra que o país iniciou a segunda década do século XXI – entre o primeiro trimestre de 2012 e o quarto trimestre de 2014 – numa trajetória de redução da desigualdade de renda, tendo registrado um Gini de 0.566 no quarto trimestre de 2014 contra um Gini de 0.582 no primeiro trimestre de 2012 – mesmo assim, num nível muito elevado de desigualdade quando se compara com países de renda média-alta, como é o caso do Brasil. A partir do começo de 2015, no entanto, com as crises econômica e política que se instalaram no país, a desigualdade de renda voltou a aumentar e se estabilizou em um patamar ainda mais elevado em 2019, atingindo 0.608 no segundo trimestre. Considerando-se a escala desse indicador, podemos dizer que é um aumento substantivo em um período de apenas quatro anos. Ou seja, saímos de um patamar que já era alto, mas com tendência de queda, e elevamos a desigualdade a outro nível. Mas o pior ainda estava por vir. A pandemia elevou os níveis de desigualdade de renda para patamares muito maiores, chegando a registrar 0.635 no segundo trimestre de 2020. A partir desse período, no entanto, começou a ocorrer redução do grau de desigualdade, alcançando o nível anterior aos

² Como medida sintética do grau de desigualdades de renda, utilizamos a média trimestral do coeficiente de Gini para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras. Esse indicador varia entre 0 e 1, sendo que zero indicaria a situação de perfeita igualdade na distribuição de renda, em que todas as pessoas da sociedade teriam o mesmo nível de renda, e 1 seria a situação de perfeita desigualdade, quando apenas uma única pessoa obteria toda a renda existente na sociedade.

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

efeitos da pandemia da Covid-19 somente no quarto trimestre de 2021. Apesar dessa redução, o nível de desigualdade apresentado no começo de 2022 foi ainda muito mais alto do que o verificado no último trimestre de 2014, quando se registrou o menor patamar do coeficiente de Gini na série histórica que estamos analisando.

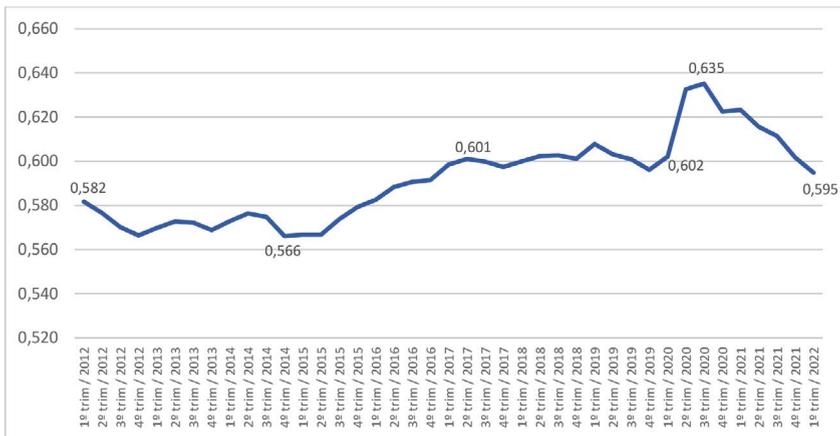


Gráfico 1. Coeficiente de Gini do rendimento do trabalho domiciliar *per capita* - média do conjunto das regiões metropolitanas.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) - trimestral.

A redução da desigualdade de renda observada desde o terceiro trimestre de 2020 até o primeiro trimestre de 2022 tem explicação muito diferente da redução verificada entre o primeiro trimestre de 2012 e o quarto trimestre de 2014. Como podemos observar no Gráfico 2, entre 2012 e 2014 a redução da desigualdade ocorreu devido ao aumento mais elevado do rendimento médio das pessoas que ocupam a base da distribuição de renda (os 40% mais pobres) em relação às pessoas que ocupam o topo dessa distribuição (os 10% mais ricos). Também se verifica que as pessoas que ocupam posição intermediária nessa distribuição de renda tiveram aumento mais elevado do seu rendimento médio do que os 10% mais

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

ricos. Ou seja, foi um contexto em que todos os estratos de renda tiveram aumento do seu rendimento médio, mas os estratos inferiores tiveram aumento proporcionalmente mais elevado que o estrato que ocupa o topo da distribuição de renda.

No período mais recente, a redução da desigualdade de renda tem se dado devido à elevação do rendimento médio do estrato dos 40% da base da distribuição em relação ao terceiro trimestre de 2020, apesar de ainda não ter recuperado o mesmo nível de rendimento do que o verificado no trimestre imediatamente anterior à pandemia (primeiro trimestre de 2020). O aumento do rendimento médio que se registrou no segmento de mais baixa renda decorreu do retorno de parte da população desse segmento ao mercado de trabalho, o que permitiu com que pudesse ter novamente acesso à renda, mesmo que em condições de trabalhos informais, precários e de baixa remuneração, como são as condições de trabalhos de parte expressiva dos trabalhadores que estão na base da distribuição de renda.

Além disso, as desigualdades de renda são impactadas pelo aumento da taxa de inflação existente na economia, que reduz o poder de compra de toda a população. Na medida em que houve perda do poder de compra devido à inflação, atingindo todos os segmentos de renda, mas com relativa recuperação do nível de rendimento médio do estrato de renda mais baixa, ocorreu redução da desigualdade, pois a distância do rendimento entre os estratos inferiores e os estratos superiores de renda diminuiu.

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

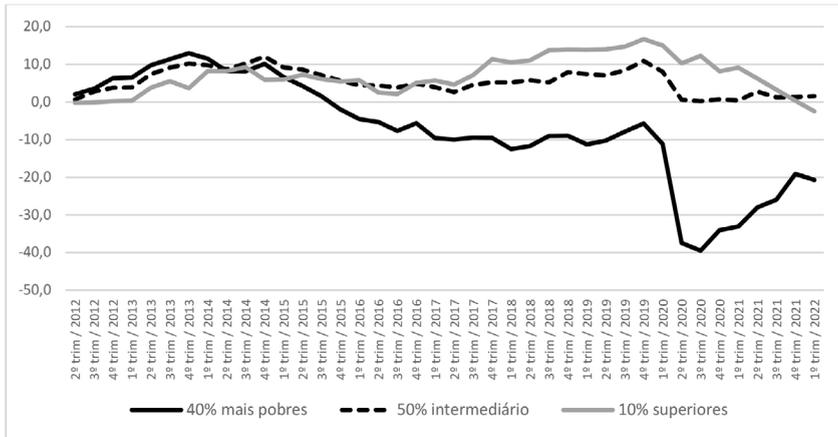


Gráfico 2. Variação do rendimento médio do trabalho domiciliar *per capita* por estrato de renda em relação ao primeiro trimestre de 2012 do conjunto das regiões metropolitanas.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) - trimestral.

O saldo de todo o período desses dez anos foi de perda de 20,7% para o estrato dos 40% da população de menor renda, crescimento de 1,3% para o estrato dos 50% intermediários da população e perda de 2,5% para o estrato dos 10% de maior renda. Praticamente houve manutenção do nível de renda dos estratos intermediários e de maior renda, com perdas substantivas para os mais pobres. Se no começo da série histórica que estamos utilizando se anunciava um cenário positivo, que nos fazia ter otimismo com a redução das desigualdades de renda num contexto em que todos ganhavam, com os estratos de menor renda ganhando proporcionalmente mais, o balanço de todo o período nos mostra que atingimos um patamar muito mais elevado de desigualdade do que aquele verificado no começo de 2012, e isso aconteceu porque os mais pobres foram os que mais perderam renda.

Na verdade, os ganhos que estavam sendo obtidos por todos os estratos de renda no começo da década foram perdidos a partir

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

da segunda metade dela, primeiro para os mais pobres e, a partir do período da pandemia da Covid-19, também para os estratos intermediários e dos 10% de maior renda. A perda de rendimento dos estratos de menor renda esteve associada à elevação da taxa de desocupação que aconteceu a partir do primeiro trimestre de 2015, mas que já era elevada no período anterior. Esse estrato de renda teve agravada sua situação no começo da pandemia da Covid-19, porque foi o mais atingido pela perda de emprego, apesar de ter elevado novamente seu nível de rendimento médio, com retorno ao mercado de trabalho desde o quarto trimestre de 2020 e intensificado a partir do avanço da vacinação no país. Apesar da recuperação do seu nível de renda, o valor médio atingido foi inferior ao que recebia antes da pandemia da Covid-19. O motivo disso tem a ver com a ainda elevada taxa de desocupação que atinge esse estrato de renda e a inflação do período, que contribuiu para reduzir o poder de compra do rendimento nominal. A elevação da inflação é também o motivo que levou à redução do rendimento médio dos estratos dos 50% intermediários e dos 10% de maior renda, reduzindo o seu poder de compra para patamares semelhantes aos do começo da série histórica.

Os valores do rendimento médio domiciliar *per capita* a que chegou cada um dos estratos de renda no primeiro trimestre de 2022 foram de R\$ 232 para os 40% de menor renda, R\$ 1.361 para os estratos intermediários e R\$ 6.685 para os 10% do topo da distribuição de renda. Esses valores de rendimento, quando associados ao valor do salário mínimo necessário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – correspondente a R\$ 6.394,76 em março de 2022 (DIEESE, 2022) –, são reveladores do baixo nível de remuneração existente no mercado de trabalho das metrópoles brasileiras, tendo em vista que somente o rendimento médio dos

10% do topo da distribuição de renda foi superior àquele valor do salário mínimo necessário, mesmo se tratando dos espaços do país onde há maior remuneração do trabalho, porque se trata de um mercado de trabalho com mais oportunidades, levando-se em conta a maior complexidade de sua estrutura econômica.

Como a análise de renda domiciliar *per capita* que estamos realizando decorre do rendimento do trabalho, a condição ocupacional das pessoas que se encontram em idade ativa – 14 anos ou mais de idade – e na força de trabalho é relevante para o nível de renda que se pode auferir em cada domicílio, pois cada pessoa a mais que trabalha e possui remuneração contribui para o aumento da massa de rendimento médio domiciliar – ou, ao contrário, cada pessoa em idade ativa que não trabalha contribui para a redução da massa de rendimento médio domiciliar. Nesse sentido, podemos ver que entre o primeiro trimestre de 2012 e o quarto trimestre de 2014 houve aumento do rendimento médio do trabalho no conjunto das regiões metropolitanas, e esse aumento se deu no momento de redução da taxa de desocupação (Gráfico 3), registrando 7,4%. Quando a pandemia da Covid-19 passou a existir no Brasil, a taxa de desocupação metropolitana se elevou de forma expressiva, atingindo 15,9% da força de trabalho das metrópoles brasileiras. No primeiro trimestre de 2022, essa taxa foi menor, registrando 13,1%, mas, mesmo assim, uma taxa de desocupação muito elevada, pois correspondeu a 5,8 milhões de pessoas desempregadas nas metrópoles.

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

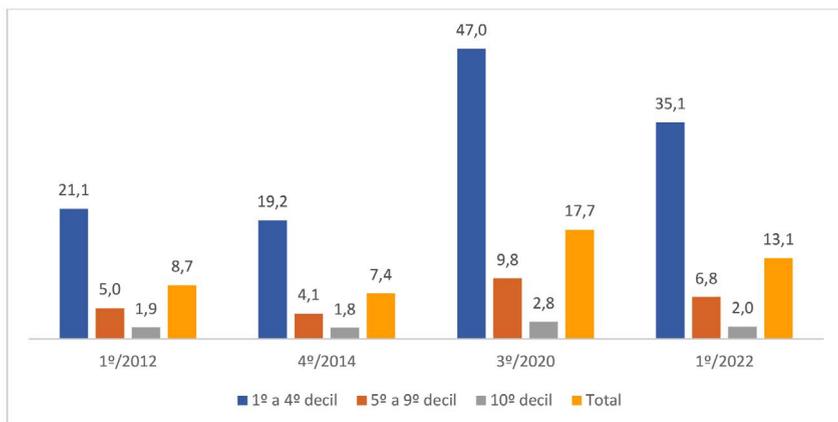


Gráfico 3. Taxa de desocupação segundo os estratos de rendimento para trimestres selecionados do conjunto das regiões metropolitanas.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) - trimestral.

No entanto, a situação do desemprego é muito mais dramática para o estrato dos 40% de menor renda,³ levando-se em conta que sempre apresentou taxas de desocupação muito elevadas – em torno de 20% quando a situação do desemprego na economia como um todo estava em patamares baixos –, além de ter sido o estrato de renda mais impactado no mercado de trabalho com a pandemia da Covid-19 e com a crise econômica que daí decorreu, registrando taxa de desocupação de 47% no terceiro trimestre de 2020 – quase a metade de toda a força de trabalho desse estrato de renda – e de 35,1% no primeiro trimestre de 2022, esta última praticamente dois anos depois do início da pandemia da Covid-19 no Brasil. Os estratos dos 50% intermediários e dos 10% de mais alta renda apresentaram taxas de desocupação muito menores em

³ A obtenção da taxa de desocupação segundo o estrato de renda decorre de estarmos utilizando o rendimento domiciliar *per capita* do trabalho. Ou seja, ao somar os rendimentos do trabalho em cada domicílio e dividir por todos os seus membros, estamos imputando determinado nível de rendimento também às pessoas que se encontram em situação de desemprego, motivo pelo qual se torna possível relacionar o estrato de renda com a taxa de desocupação.

comparação com o estrato de 40% de menor renda. Além disso, o estrato dos 10% de maior renda praticamente não alterou a sua taxa de desocupação ao longo do tempo, registrando patamar em torno de 2% – somente quando veio a pandemia é que sua taxa se elevou para 2,8%, portanto, em um nível muito baixo. Isso demonstra que o problema do desemprego nas metrópoles brasileiras é, praticamente, um problema dos mais pobres, e foram os mais pobres os mais impactados pela crise econômica que se instalou no país, reforçada pela pandemia da Covid-19 e, posteriormente, por suas consequências na dinâmica econômica global, além, é claro, de alguns erros da política econômica adotada no país nesse período.

Fica claro que o problema da desigualdade de renda nas metrópoles brasileira se deve ao baixo nível de remuneração existente no mercado de trabalho, que piorou em razão das consequências da pandemia da Covid-19 na estrutura econômica mundial e brasileira, mas que se trata de um problema estrutural da sociedade brasileira, especialmente de suas regiões metropolitanas. Assim, torna-se necessário aprofundar essa questão, refletindo sobre as possibilidades de enfrentar esse fenômeno na perspectiva de sua reversão tanto para a situação mais imediata, no período de curto prazo, quanto para mudanças de médio e longo prazos, que apontam para mudanças estruturais das desigualdades existentes nas metrópoles brasileiras.

Mudanças a curto prazo

A possibilidade de retomar a trajetória interrompida de redução das desigualdades de renda num contexto em todos os estratos de renda ganham, mas os estratos de menor renda ganham proporcionalmente mais –, o que permitiria a redução de desigualdade em condições positivas –, depende de maior

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

dinamização do mercado de trabalho, com a redução da taxa de desocupação, e, portanto, de maior dinamização da economia das metrópoles do país. Esse resultado contribuiria para todos os estratos de renda, principalmente para os estratos de menor renda. Porém, essa situação de maior dinamização da economia metropolitana dependerá, em grande medida, do modo de atuação do governo central na atividade econômica, ainda mais quando se considera essa dinâmica numa perspectiva de curto prazo.

A curto prazo, ao considerar que o consumo realizado pelas famílias e o investimento realizado pelos empresários ficam comprometidos, levando-se em conta a redução do rendimento médio da população em geral e a situação de incerteza que afeta a capacidade de tomada de decisão empresarial, a elevação dos gastos do governo, como componente autônomo da demanda agregada, torna-se fundamental para a reativação da demanda efetiva na economia, tendo como consequência o seu efeito multiplicador, o que favorecerá a expansão da atividade econômica como um todo. Na medida em que a economia se expande, torna-se possível ampliar a geração de emprego e elevar o nível de remuneração dos trabalhadores. Como a situação de perda de renda está associada, principalmente, ao estrato dos 40% mais pobres, na perspectiva de redução da taxa de desocupação, é importante que o governo realize investimentos nos setores de atividade econômica para que seja possível incorporar essa força de trabalho disponível.

Associado à dinâmica de crescimento econômico, para não haver perda do poder aquisitivo da população, é necessário que haja controle da taxa de inflação, pois a inflação elevada corrói o poder de compra dos rendimentos nominais de todos os estratos de renda. O exercício de uma política que vise controlar a elevação do nível de preços na economia depende fundamentalmente do diagnóstico realizado sobre as causas da inflação e de seus efeitos propagadores.

O modo de atuação do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil para a realização do controle inflacionário tem sido o de elevar a taxa básica de juros da economia (taxa Selic), na perspectiva de que essa elevação possa reduzir o nível de demanda na economia e, por conseguinte, leve à redução da taxa de inflação. Ocorre que a elevação da inflação tem se dado, principalmente, pelo aumento dos preços de produtos importados, especialmente os insumos produtivos, o que está relacionado à desorganização das cadeias de suprimentos em razão da pandemia da Covid-19, à elevação de preço do barril de petróleo e à taxa de câmbio elevada – além, é claro, do aumento dos preços administrados, como é o caso da energia, tendo em vista as intempéries ambientais e climáticas. De modo geral, as causas da elevação do nível de preços na economia têm decorrido de fatores de oferta. Sua propagação para os bens e serviços de consumo se dá pelo mecanismo de aumento dos custos de produção. Justifica ainda mais esse comportamento dos preços na economia o fato de o nível de renda da população ter se reduzido no período. Quando o Comitê de Política Monetária eleva a taxa básica de juros, além de não alcançar o objetivo de redução da taxa de inflação devido ao diagnóstico equivocado do comportamento do nível de preços, contribui para frear o ritmo do crescimento econômico e, por conseguinte, a geração de mais emprego e de maior nível de remuneração.

Tanto para a maior dinamização da economia e do seu mercado de trabalho quanto para controlar a taxa de inflação, as políticas econômicas levadas a cabo pelo Estado cumprem um papel fundamental, por isso não pode ser negligenciado o seu poder de atuação. Mas, para isso, é preciso que o Estado se oriente num modo de atuação mais ativo, como estimulador do crescimento econômico e como árbitro da distribuição do produto social, favorecendo principalmente os mais vulneráveis.

Mudanças estruturais

Apesar de as medidas apontadas aqui serem fundamentais para a melhoria das condições de renda no mercado de trabalho, é necessário considerar que são medidas com efeitos de curto prazo, por isso elas precisam ser gerenciadas a todo momento, de modo a reagir a efeitos adversos e não controlados que ocorrem na economia. No entanto, essas medidas de curto prazo não enfrentam um dos principais problemas existentes no mercado de trabalho das metrópoles brasileiras, que se refere ao elevado nível de desigualdade de renda como característica estrutural desse mercado. Embora tenham ocorrido oscilações importantes no nível de desigualdade de renda, observadas entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2022, elas se deram num patamar de alta desigualdade. Em nenhum momento, especialmente quando se verificou redução do nível de desigualdade, o coeficiente de Gini ficou abaixo de 0.5, tampouco chegou a patamares de relativa igualdade de renda; portanto, em nenhum momento o nível de desigualdade se reduziu o suficiente para que esse fenômeno deixasse de ser um problema social severo na sociedade brasileira, ainda mais em suas regiões metropolitanas.

Há fatores estruturais que tornam o nível de desigualdade elevado no mercado de trabalho das metrópoles brasileiras. Esses fatores estruturais estão relacionados com a estrutura econômica que se apresenta nesses contextos espaciais, que vão conformar a sua estrutura ocupacional e de remuneração, dependente da segmentação dos ramos de atividade econômica. Também estão relacionados aos atributos apresentados pelos ofertantes de força de trabalho, decorrentes do modo como se deu sua trajetória de vida (BARROS; MENDONÇA, 1995). O confronto dessas dimensões nos permite observar que as desigualdades de renda que se apresentam no mercado de trabalho são resultado

de desigualdades que se conformam ao longo de muito tempo, sendo por isso consideradas como desigualdades duráveis, motivo pelo qual elas tendem a se apresentar por meio de pares categóricos – entre homens e mulheres, brancos e negros etc. (TILLY, 1988).

Tendo em vista a limitação do escopo deste trabalho, na Tabela 1 apresentamos três variáveis que buscam sintetizar as dimensões estruturais apontadas aqui, sempre relacionando-as com as características de sexo e cor ou raça (homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras) e com os estratos de renda (1° ao 4° decil, 5° ao 9° decil e 10° decil). Essas variáveis são a taxa de informalidade das pessoas ocupadas, a proporção de pessoas na força de trabalho com 12 anos ou mais de estudo e o rendimento médio domiciliar *per capita* do trabalho.

A. Por meio da taxa de informalidade, queremos expressar um aspecto importante da estrutura econômica do mercado de trabalho das metrópoles brasileiras, na medida em que foram consideradas como em situação de informalidade as pessoas ocupadas cuja posição na ocupação se definia por ser: 1) empregadas sem carteira de trabalho assinada; 2) autônomas (conta própria) sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 3) empregadoras sem CNPJ. As pessoas que se encontram nesse tipo de situação informal no mercado de trabalho podem ser consideradas como estando em relações precárias de trabalho, pois não têm asseguradas as condições de proteção social que a situação de formalização permite.

A taxa de informalidade nas metrópoles brasileiras, em dez anos, aumentou de 21,5% para 36,3% (entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2022), um aumento de 14,7 pontos percentuais. Apesar de o aumento ter ocorrido em todos os estratos de renda, a situação

se agravou mais ainda para o segmento da população correspondente aos 40% da base da distribuição de renda. Em 2012, essa taxa já elevada era de 34,1%, e em 2022 alcançou 58,8%. Mas são as pessoas negras as que mais têm sofrido com esse tipo de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que em 2022 praticamente 40% de homens negros e de mulheres negras se encontravam em situação de informalidade. Evidentemente, quando se relacionam as características de sexo e cor ou raça com os estratos de renda, podemos observar que as mulheres negras, correspondentes aos 40% da base da distribuição de renda, registraram uma taxa de informalidade de 64%. Os homens negros apresentaram patamares um pouco menores, mas próximos das taxas de informalidade dos homens brancos e mulheres brancas pertencentes aos 40% mais pobres.

Esse quadro de informalidade que já era expressivo em 2012, ao se agravar para todos os segmentos de renda e também de sexo e cor ou raça, tornou semelhantes as situações de homens negros e mulheres negras em patamares maiores do que o verificado em relação aos homens brancos e mulheres brancas. Apesar da pequena diferença entre homens e mulheres, o que se destaca em termos de diferenças nas taxas de informalidade são a posição no estrato de renda e a cor ou raça, o que nos permite dizer que a condição de informalidade se refere à classe de renda e à cor ou raça nas metrópoles brasileiras.

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

Variáveis selecionadas	Sexo e cor ou raça	1º/2012				1º/2022			
		1º ao 4º decil	5º ao 9º decil	10º decil	Total	1º ao 4º decil	5º ao 9º decil	10º decil	Total
Taxa de informalidade das pessoas ocupadas (%)	Homem branco	23,7	15,0	14,1	16,1	54,2	31,8	17,7	31,1
	Mulher branca	38,4	20,1	15,4	21,4	58,6	32,1	19,9	32,3
	Homem negro	28,4	16,0	15,1	19,3	56,6	35,5	23,1	39,5
	Mulher negra	44,9	25,5	16,8	30,0	64,0	35,0	18,7	40,5
	Total	34,1	18,9	15,1	21,5	58,8	33,9	19,5	36,3
Proporção de pessoas de 12 anos ou mais de estudo da força de trabalho (%)	Homem branco	41,1	62,4	93,5	65,7	55,4	74,8	96,7	76,5
	Mulher branca	49,4	71,0	95,6	73,0	67,4	83,0	97,7	83,6
	Homem negro	29,8	51,2	85,8	46,8	48,5	67,6	93,5	63,8
	Mulher negra	40,3	61,1	91,5	56,4	57,8	77,3	95,0	72,4
	Total	37,7	60,5	92,8	59,3	55,2	74,8	96,2	72,9
Rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> (R\$ de 2022) ¹	Homem branco	269,75	1.429,66	7.168,23	2.057,46	203,53	1.434,39	6.954,20	2.012,62
	Mulher branca	250,17	1.394,90	6.784,60	1.870,60	187,02	1.412,92	6.742,68	1.809,16
	Homem negro	299,74	1.224,77	5.727,52	1.031,12	235,27	1.274,35	5.780,51	1.075,47
	Mulher negra	288,48	1.200,06	5.588,52	938,96	221,59	1.232,49	5.606,33	949,12
	Total	281,28	1.308,25	6.639,30	1.429,70	216,16	1.329,31	6.511,75	1.398,24

Tabela 1. Taxa de informalidade das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, proporção de pessoas de 12 anos ou mais de estudo da força de trabalho de 14 anos ou mais de idade e rendimento médio domiciliar *per capita* do trabalho segundo o sexo e a cor ou raça por estrato de renda do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras – 1º trimestre de 2012 e 1º trimestre de 2022

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) - trimestral.
1 Dados deflacionados pelo deflator da PNADC do primeiro trimestre de 2022.

B. Um dos atributos pessoais importantes que se relacionam com o modo de inserção no mercado de trabalho é o nível de escolaridade, pois há ocupações que para serem exercidas requerem níveis de escolaridade que lhes sejam compatíveis, especialmente quando se trata

daquelas ocupações que se caracterizam como profissões (RIBEIRO, 2017). Além disso, as evidências demonstram que, em geral, quanto maior o nível de escolaridade maior também é o nível de remuneração, o que torna a análise da escolaridade no mercado de trabalho um aspecto relevante, principalmente por se tratar de um atributo pessoal que é adquirido ao longo da trajetória de vida, o que o configura como um recurso pessoal importante para aqueles que buscam se inserir no mercado de trabalho.

Em dez anos, a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade da força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) com 12 anos ou mais de escolaridade – correspondente às pessoas que tenham concluído o ensino médio – aumentou de 59,3% para 72,9%, um incremento de 13,6 pontos percentuais. Esse incremento se deu, principalmente, pelo aumento do nível de ensino das pessoas que fazem parte dos 40% de menor renda, seguidas pelas pessoas dos 50% de renda intermediária, tendo em vista que o aumento ocorrido no estrato dos 10% de maior renda foi muito pequeno porque esse segmento já havia ultrapassado a proporção de 90% de pessoas com 12 ou mais de ensino há dez anos.

Em geral, as pessoas brancas apresentam maior proporção de 12 anos ou mais de ensino na comparação com as pessoas negras. Internamente a cada grupo de cor ou raça, as mulheres apresentam maior proporção de 12 anos ou mais de ensino do que os homens. Porém, essas diferenças gerais não são tão nítidas quando se considera o estrato dos 10% de maior renda, tendo em vista que todos os grupos de sexo e cor ou raça apresentam proporções muito elevadas, variando de 93,5% (homens negros)

a 97,7% (mulheres brancas). É nos estratos inferiores de renda que essas diferenças são mais marcantes. Em geral, as mulheres brancas apresentam maior proporção de pessoas com 12 anos ou mais de ensino; homens brancos e mulheres negras têm proporções semelhantes e homens negros apresentam as menores proporções. Além disso, vale registrar que somente os homens negros registram proporções inferiores a 50% em 2022, mas correspondentes ao estrato dos 40% de menor renda. Esses resultados são, portanto, demonstração de que a força de trabalho existente nas metrópoles brasileiras tem elevado o nível de escolaridade de modo expressivo, mesmo em situações de baixa remuneração.

- C. Vimos anteriormente que o estrato dos 40% de menor renda foi o que mais perdeu rendimento médio domiciliar *per capita* do trabalho entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2022, correspondente a 23,2% de perda. O estrato dos 50% intermediários de renda apresentou leve aumento de 1,6%, e o estrato dos 10% de maior renda apresentou leve queda de 1,9%. Em geral, esse foi o comportamento dos diferentes grupos de sexo e cor ou raça quando se comparam os estratos de renda. Ou seja, em geral, os estratos dos 10% de maior renda e o dos 50% de renda intermediária conseguiram preservar seu rendimento médio nos últimos dez anos, o que não aconteceu com o estrato dos 40% de menor renda e justificou o aumento do grau de desigualdade de renda. Com base nos dados da Tabela 1, agora podemos ver que o nível de rendimento das pessoas negras é maior que o nível de rendimento das pessoas brancas, quando se considera o estrato dos 40% de menor renda, tendo-se

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

mantido esse padrão na última década, apesar da redução do nível de renda. Porém, nos estratos intermediário de renda e no de 10% de maior renda, o rendimento médio é maior para as pessoas brancas do que para as pessoas negras. E o padrão existente nesse período de análise foi o de homens brancos apresentarem o nível de rendimento médio, seguido pelas mulheres brancas, posteriormente pelos homens negros e, por fim, pelas mulheres negras. Como se vê, a distribuição de renda nas metrópoles brasileiras apresenta desigualdade na relação entre brancos e negros, e internamente em cada grupo de cor ou raça, entre homens e mulheres, o que se explica principalmente por esse comportamento se apresentar nos estratos intermediários e de maior renda.

Considerações finais

A crise social que assolou o país nos últimos anos, especialmente em suas regiões metropolitanas, tendo se agravado com a pandemia da Covid-19, afetou principalmente as pessoas de menor renda da população. Foi o estrato dos 40% de menor renda que apresentou as maiores perdas de rendimento, as taxas mais elevadas de desemprego e de informalidade, mesmo tendo elevado o seu nível de escolaridade. E tudo isso aconteceu num quadro de desigualdade já bastante elevado nas regiões metropolitanas brasileiras, apesar da tendência de queda verificada no começo da segunda década do século XXI.

Os estratos de renda intermediária e o de mais alta renda conseguiram manter o seu nível de rendimento ao longo da última década, não obstante a queda relativa decorrente do aumento inflacionário. Além disso, esses estratos de renda tiveram taxas mais reduzidas de desemprego e também de informalidade,

ainda que no final do período tenham sido mais elevadas do que no começo da década em análise. Esses comportamentos diferentes entre os estratos de renda explicam o aumento do nível de desigualdade de renda nas metrópoles brasileiras.

No entanto, como o nível de desigualdade aumentou em cima de um patamar já muito elevado, não se pode negligenciar o fato de que a desigualdade de renda nas metrópoles brasileiras decorre de determinações estruturais. Não à toa, essas desigualdades também se expressam entre pessoas brancas e pessoas negras, entre homens e mulheres, mesmo quando os atributos de escolaridade são semelhantes entre esses grupos. É preciso, portanto, enfrentar os fatores que levam a essas determinações para que se possa reverter o quadro de desigualdades existentes nessas metrópoles. Como acreditamos que esses fatores se devem muito mais às situações da estrutura do mercado de trabalho do que aos atributos apresentados pelas pessoas que constituem a força de trabalho, é necessário que a curto prazo o governo possa intervir na economia para estimular o crescimento, mas também possa intervir nos mecanismos institucionais que favorecem as desigualdades de renda mesmo em condições de semelhança de atributos entre as pessoas que constituem a força de trabalho.

Evidentemente, é necessário continuar avançando na formação dessa força de trabalho, principalmente quando pensamos nas possibilidades de mudanças a médio e longo prazos. Porém, essa força de trabalho formada e qualificada precisa encontrar emprego correspondente ao seu nível de formação e qualificação com níveis de remuneração adequados. Se o estímulo ao crescimento econômico, a curto prazo, e ao desenvolvimento, a longo prazo, não ocorrer, vamos constituir uma massa escolarizada cada vez maior de força de trabalho sem muitas condições de sobrevivência no presente, levando-se em conta a necessidade de se ter acesso à renda para assegurar

capítulo 5 | A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década

os bens e serviços necessários para sua reprodução social, e sem perspectivas de futuro diante de um quadro desalentador da economia. A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras apresenta-se como prioritária para a reversão da crise social a que estamos assistindo nos últimos anos.

Referências

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. de. **Os determinantes das desigualdades no Brasil**. Texto para Discussão n. 377. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), jul. 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos: salário mínimo nominal e necessário**. São Paulo: Dieese, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 16 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades: 2018**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) trimestral: 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

RIBEIRO, M. G. Desigualdade de renda: a escolaridade em questão. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 169-220, 2017.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metrópoles**, Porto Alegre, n. 8, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

TILLY, C. **Durable inequality**. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1998.